

# A literatura oral no ensino da língua portuguesa

Carlos Nogueira

Universidade de Vigo – I Cátedra Internacional José Saramago

## Resumo

*Com este artigo pretendemos chamar a atenção para um aspecto muito específico dos programas de língua portuguesa. Refletimos sobre as razões ideológicas, éticas e estéticas que têm presidido à inclusão de textos da tradição oral portuguesa (e não só) nos manuais de língua portuguesa dos ensinos básico e secundário de diversas épocas. Centrar-nos-emos no caso português, mas as conclusões a que chegamos são aplicáveis, no essencial, aos países de língua oficial portuguesa.*

## Palavras-chave

*Tradição oral; Literatura; Ensino.*

## Abstract

*With this article we intend to draw attention to a very specific aspect of English language programs. We reflect on the ideological, ethical and aesthetic reasons which have guided the inclusion of the Portuguese oral tradition texts (and not only) in the manuals of Portuguese primary and secondary schools from different eras. We will focus on the Portuguese case, but the conclusions reached are applicable essentially to Portuguese-speaking countries.*

## Keyword

*Oral tradition; Literature; Teaching.*

Falar de programas, de ensino da língua portuguesa e do lugar que aí ocupa a literatura de transmissão oral implica falar de manuais escolares<sup>1</sup>. A tese de que parto baseia-se num princípio inerente a tudo o que tem a ver com opções curriculares. Isto é: o uso que se faz, no âmbito do currículo e dos processos de operacionalização didática, dos textos da tradição oral resulta das mentalidades, das ideologias e dos conhecimentos científicos de cada momento histórico. A preocupação era, sensivelmente até ao 25 de Abril de 1974, mais normativa e moral do que estética. Tanto a literatura de autor como a literatura oral, regra geral adaptada através de figuras de intertextualidade como a redução ou a substituição, estavam ao serviço da ideologia nacionalista e religiosa. Com a ditadura salazarista este fenómeno assumiu uma dimensão muitíssimo maior e claramente normativa, e por isso é que, em 1950, temos esta directriz da Direção dos Serviços da Censura, que faz parte das *Instruções sobre Literatura infantil*:

---

<sup>1</sup> Um livro particularmente útil para o conhecimento do manual escolar é *O Mural do Tempo. Manuais Escolares em Portugal*, de Justino Magalhães, onde se faz uma história crítica do manual escolar e onde se apresenta um inventário de manuais escolares portugueses, “editados, aprovados e seleccionados para o Ensino Primário (Elementar e Complementar), publicados entre o século XVI e o XX, especificamente, até 1974” (2011, p. 10). Este livro é também muito importante pela bibliografia crítica que vai convocando.

Parece desejável que as crianças portuguesas sejam cultivadas, não como cidadãos do Mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser portuguesas. (Cortez, 2013, p. 43)

Mas, no fundo, o duplo objectivo de moralização e valorização da pátria já existia há muito, como se percebe por estas “Observações” que acompanham o Programa de Português – III Classe, regulado pelo Decreto de 3 de Novembro de 1905 (Magalhães, 2011, p. 42):

(...) O livro de leitura será organizado de maneira a servir para as três primeiras classes. (...); e nas composições em verso procurar-se-á atingir o conveniente fim educativo, com fábulas, contos tradicionais, romances populares postos em português moderno (...). (Magalhães, 2011, p. 42)

Convém fazer já uma clarificação teórica e terminológica. Estamos a falar de “textos da tradição oral” ou de “transmissão oral”, mas do que se trata é, antes de mais, de textos que resultam da tradição oral ou de textos de inspiração oral e tradicional. A literatura oral vive na oralidade, e, por isso, quando a registamos por escrito, é já outra literatura; uma literatura que é ao mesmo tempo oral e escrita. Os *Contos Populares Portugueses* (1879), de Adolfo Coelho, ou os *Contos Tradicionais do Povo Português* (1883), de Teófilo Braga, não são populares ou tradicionais num sentido estrito; são textos, em parte, reescritos ou preparados para uma existência impressa, e, portanto, não são completamente fiéis à versão que se recolheu junto de um informante; não são nem podem ser, muitas vezes, demasiado próximos das versões originais, porque uma fixação palavra por palavra poderia pôr em causa a legibilidade do texto e a sua utilização pedagógico-didática. Mais propriamente populares são algumas versões que encontramos, por exemplo, em José Leite de Vasconcelos, as quais procuram, tanto quanto possível, registar as especificidades dialectais do texto dito pelo informante, a ponto de termos algumas versões que são quase, na medida do possível, transcrições fonéticas.

Pensando especificamente nos textos literários “orais” que encontramos em manuais escolares, estamos, por outro lado, a lidar com literatura oral ou de inspiração oral usada como literatura dirigida aos mais novos.

Hoje, as razões que presidem à escolha de textos da tradição oral são tão éticas quanto estéticas. Continua a assumir-se, sobretudo no caso do conto e da fábula, que há uma moralidade cuja importância para a formação humana e cívica das crianças e dos jovens não pode ser esquecida; mas o lúdico, o conhecimento e a exploração do mundo não interessam menos. Ensina-se língua portuguesa e ao mesmo tempo promove-se “a liberdade de ser e de pensar, o aprofundamento da educação para a cidadania e a implementação de novas capacidades cognitivas” (Nogueira, 2011, p. 75).

E é assim porque se admite que «O que está em causa sempre que uma criança utiliza um texto da literatura oral não é uma mera “iniciação no mundo da arte” (Coelho, 1883, p. 16); um poema oral infantil, uma adivinha ou um provérbio fazem parte do mundo do literário, enquanto mundo de autonomia do estético e do belo, e permitem já a criação, a descoberta e a exploração de identidades e intersubjectividades» (Nogueira, 2011, p. 76). Sophia de Mello Breyner dizia que toda a arte é didáctica (ou seja: cumpre, no melhor sentido da expressão, funções culturais e sociais). Por isso, quando o professor valoriza o património literário oral da comunidade e, muito em particular, os textos literários orais que um aluno ou os alunos usam, está a reconhecer os seus códigos linguísticos, sociais e culturais. “Desse modo, investe na cultura de cada um e de todos, e faz da sala de aula e da escola espaços de

acolhimento que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida pessoal e social (do lazer ao trabalho, do exercício da cidadania ao exercício profissional)” (Nogueira, 2011, p. 76). Ao unir pessoas, esta literatura aproxima culturas e povos. Daí o ponto de vista da UNESCO, em carta de recomendação assinada em 1989 em Paris: a literatura oral, tradicional e popular é património universal da Humanidade.

Não faltam textos ditos orais ou de inspiração oral nos livros de leitura aprovados para o Ensino Primário Elementar durante o Estado Novo. Há uma pragmática evidente a cumprir por estes textos, que devem seduzir os leitores mas não podem deixar de ter uma intencionalidade didáctica e moralizante inequívoca. A versão do conto popular “A Formiga e a Neve”, que aparece no manual *Leituras... Para a 1.ª Classe*, de A. Augusto dos Santos, promove, desde o *incipit*, princípios morais, normas e padrões de comportamento considerados exemplares:

Era uma vez certa formiga muito trabalhadeira e esperta, que ia levando para o formigueiro um grão de trigo.  
De repente um pé prendeu-se-lhe na neve que cobria todo o chão.  
(Santos, 1932, p. 17)

Na versão de Adolfo Coelho não há qualquer moralidade explícita no início, que é muito direto e económico: “Uma formiga prendeu o pé na neve” (Coelho, 1999, p. 85). A lição moral vai sendo deduzida pelo leitor ou ouvinte, a quem se pede que depreenda que há sempre alguém mais forte do que nós e que a humildade e a honestidade são princípios e atitudes a assumir. No final, temos ainda a noção de que a morte é universal e inevitável:

Ó carnicheiro, tu és tão forte que matas o boi, que bebe a água, que apaga o lume, que queima o pau, que bate no cão, que morde o gato, que come o rato, que fura a parede, que impede o Sol, que derrete a neve que o meu pé prende!  
Responde o carnicheiro: Tão forte sou eu que a morte me leva. (Coelho, 1999, p. 86)

A versão de A. Augusto dos Santos não inclui a conclusão de Adolfo Coelho, mas não sabemos se se trata de uma supressão e, portanto, de uma suavização. O autor não nos diz em que versão se baseou (escrita ou recolhida por ele), e por isso podemos apenas colocar hipóteses. Uma vez que outras versões que conhecemos deste conto encerram com a resposta do carnicheiro, é de supor que este corte foi deliberado, embora não devamos esquecer que o autor poderá ter tido acesso a uma versão sem este desfecho. Tratando-se de um manual para crianças do 1.º ano, talvez o objectivo tenha sido o de não entrar numa questão (a da morte) tão sensível. Seja como for, a moralidade que o texto encerra, e que, aliás, o professor com certeza se encarregaria de notar bem na aula, é sublinhada por uma frase que surge destacada um pouco abaixo do texto: “Não te julgues superior aos outros” (Santos, 1932, p. 21).

Esta versão convida-nos a reflectir um pouco sobre o que devemos pensar das adaptações de contos e lendas que encontramos em manuais escolares do passado e do nosso tempo, e a procurar saber se devemos aceitar ou recusar versões de textos ditos tradicionais mais ou menos livres. Se a qualidade literária não for questionável, são tão legítimas como as versões orais de que provêm; versões orais de que, como vimos acima na breve consideração sobre o que é um texto literário oral, estamos já mais ou menos afastados, sempre que lemos um texto dito “popular”, “oral” ou “tradicional”. São textos que se inscrevem numa família textual que começa e se desenvolve na tradição oral, e continua na tradição escrita e muitas vezes também iconográfica. Estas versões mantêm os elementos essenciais que permitem

identificar a narrativa, mas, como qualquer versão oral, substituem, cortam, alteram, moldam-se ao presente.

Poderíamos comparar e convocar outras especificidades textuais, mas as conclusões a que chegaríamos não seriam diferentes. Apesar da rigidez moralizante a que já nos referimos, estes textos atraíam (e, se lidos hoje, continuam a atrair) as crianças porque não deixam de ser recreativos e lúdicos. Regra geral, situam os leitores infantis e juvenis num mundo natural e vivo que tem tudo a ver com o imaginário animista que lhes é próprio. Acontece o mesmo nos textos em verso ou nas narrativas de autor que imitam a literatura de transmissão oral. “Vozes de animais”, de Pedro Dinis, organizado em onze quadras de sete sílabas, é um bom exemplo: “*Palram* pega e papagaio/ E *cacareja* a galinha;/ Os ternos pombos *arrulham*,/ *Geme* a rola inocentinha.// *Muge* a vaca; *berra* o touro;/ *Grasna* a rã; *ruge* o leão;/ O gato *mia*; *uiva* o lobo,/ Também *uiva* e *ladra* o cão” (AA. VV., 1961, p. 9. Sublinhados no original).

Tais versões ou tais textos popularizantes não negam nem desprestigiam a tradição oral de onde vêm; celebram a sua criatividade e performatividade, e lembram-nos que as leis da tradicionalidade e da criatividade da literatura oral não são incompatíveis com a literatura escrita. Ler num manual (ou ouvir a partir de) um conto, uma lenda, um provérbio, uma adivinha ou uma quadra não é simplesmente ler um texto que dizemos da literatura oral, do nosso património cultural, da nossa matriz identitária; é ler um texto em diálogo connosco, individualmente, e com o nosso tempo histórico-cultural.

Contra a crise da literatura (na sociedade e na universidade), que é uma crise de valores humanistas, esta literatura pode cumprir dinamicamente as funções sociais e culturais de que a literatura oral e popular sempre se incumbiu. Nestas funções entram a valorização e a democratização da língua portuguesa, que escritores como António Torrado ou Álvaro Magalhães se orgulham de saber usar com criatividade e sentido humanista. A língua portuguesa é, como lembra Vítor Manuel de Aguiar e Silva, “a mais esplendorosa, perdurável e irradiante criação de Portugal” (2010, p. 9), mas há muito deixou de ser uma língua exclusiva de portugueses. Língua de comunhão universal, de entendimento entre países, comunidades e pessoas de várias partes do mundo, o português experimenta-se e enriquece-se na literatura de inspiração oral. Se devidamente valorizado e divulgado, este fenómeno literário e cultural poderá ser cada vez mais um dos grandes ex-líbris da cultura lusófona e um símbolo de liberdade de expressão.

A fórmula “Não te julgues superior aos outros”, que sintetiza a leitura orientada da versão do conto “A Formiga e a Neve” a que acima nos referimos, pode suscitar em nós repulsa, condescendência ou incredulidade; mas o que acima de tudo importa é que ela diz-nos que hoje pensamos de modo muito diferente em relação à prática pedagógica em geral e ao que devemos fazer com a literatura numa sala de aula dos ensinos básico e secundário. É por isso mesmo que devemos olhar para estes manuais com atenção. Conhecê-los ajudar-nos-á a perceber melhor o que somos e o que podemos pensar da nossa cultura e da nossa sociedade; e, portanto, o que podemos melhorar no ensino da língua portuguesa através da literatura oral ou de inspiração oral.

## Obras citadas

AA. VV. **Livro de leitura para a 4.<sup>a</sup> classe**. Porto: Editora Educação Nacional, 1961.

BRAGA, T. **Contos tradicionais do povo português**. 2 vols. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores, 1883.

COELHO, A. **Contos populares portugueses**. Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

- COELHO, F. A. **Jogos e rimas infantis**. Porto: Magalhães e Moniz Editores Biblioteca d'Educação Nacional, 1883.
- CORTEZ, Maria Teresa. **Estrangeiros e portuguesesinhos, identidades e patriotismos na literatura para crianças dos anos 30 e 40 – a exemplo de Virgínia de Castro e Almeida e de Fernanda de Castro**. In G. Fragoso (Org.). *Literatura para a infância. Infância na literatura* (pp. 43-55). Lisboa: Universidade católica Editora, 2013.
- MAGALHÃES, J. **O mural do tempo. Manuais escolares em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2011.
- NOGUEIRA, C. **Os textos da tradição oral portuguesa no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário**. *Revista Lusófona de Educação*, 17, 75-90, 2011.
- Santos, A. A. dos. **Leituras... Para a 1.ª Classe**. Porto: Livraria Escolar “Progredior”, 1932.
- Silva, V. M. de A. e. **As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2010.